

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, MEDICAMENTOS E TERMOLÁBEIS para atender às necessidades do Almoxarifado Central da Saúde, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Almoxarifado Central da Saúde

1.3. **Fundamentação Legal:** A presente aquisição se dará por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Câmara para conservação de vacinas, medicamentos e termo lábeis com temperaturas de 2º a 8º, alarmes, discador telefônico e sistema de homogeneização de temperatura – Capacidade aproximada de 560L.; Vertical, construído em chapas de aço inoxidável; Iluminação interna de led com acionamento automático na abertura da porta; Homogeneização de temperatura através de ventilador da unidade de ar forçado com desligamento na abertura da porta; Medida aproximada de 198 A x 75L x 87P (cm) externa; Medida aproximada de 130A x 60Lx 73P (cm) interna Bivolt 127/220V 50/60hz ; 4 a 7 prateleiras ou gavetas com regulagem de altura Porta em vidro duplo; Sistema de emergência 24h/48h	UNID.	01

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente aquisição justifica-se pela essencialidade de tal item para a guarda de medicamentos termolábeis de altíssimo custo.

3.3. A geladeira existente hoje pertence ao Almoxarifado desde o ano de 2002 e já passou por algumas assistências técnicas por apresentar diversos problemas como congelamento, oscilação de temperatura, vazamento de água, etc. e mesmo após os reparos os problemas continuam aparentes.

3.4. Existia um processo tramitando desde o ano de 2018 para a aquisição do item, mas devido ao lapso temporal, o descritivo do equipamento solicitado já não atendia mais a demanda de acordo com as necessidades atuais.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO, QUANTIDADE E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. O item deverá ser entregue em parcela única, com prazo não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.2. O item deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Saúde situado à Avenida Conselheiro Julius Arp, nº80, Bl. 12, galpão 202, Centro, Nova Friburgo/RJ, de segunda a sexta-feira no horário de 9:00 às 16:00.

4.4. O equipamento constante no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverá ser entregue sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso o item apresente embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 5 dias úteis, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverá constar no item os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável;

4.7. No caso de aplicabilidade, não será aceito item cujo registro no Ministério da Saúde/Anvisa, esteja vencido, inválido, pendente de renovação ou cancelado.

4.8. Caso o item cotado seja dispensado do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, o item deverá ser acompanhado dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;

4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança e desempenho dos item.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:



5.2.1. Garantir que o equipamento entregue é aquele descrito no presente Termo de Referência e que possui o padrão de qualidade e aceitação.

5.2.2. Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos e/ou hidráulicos) necessários à correta operação do item, conforme manual do fabricante.

5.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

5.2.4. Quando aplicável, deverá ser apresentado ainda o registro do item na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tal material, fornecida pelo detentor do registro na Anvisa.

5.2.5. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente ao objeto constante no Termo de Referência.

5.2.6. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.7. O item deverá apresentar segurança em suas instalações elétricas.

5.2.8. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

5.2.9. É de responsabilidade da Contratada a entrega, o transporte, a descarga e a instalação do item.

5.2.10. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário e local a ser entregue.

5.2.11. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura do item.

5.4. A tensão elétrica do item deverá ser de 220v ou Bivolt/automático.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O bem será recebido:

6.1.1. Provisoriamente, no momento da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento, em até 03 dias úteis.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

7- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. A Contratada deverá fornecer garantia do item e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

7.2. Visando a manutenção da garantia mencionada no item anterior, será de responsabilidade da Contratada a instalação do equipamento.

7.3. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais do item, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante dentro do prazo de garantia.

7.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte, mão de obra e material utilizado pelos técnicos em função



da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

8- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

9- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos.

9.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

9.1.2. Fonte de Recurso – 2659

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Fundo Municipal de Saúde: 30001.10.122.0081.2.190

9.3. A nota fiscal deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

10 – DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste

Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

11 –DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

11.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

11.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 da Lei 11.101/2005).

12.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar o transporte, a entrega, a descarga e a instalação do bem em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6;

14.3. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais do equipamento, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante, dentro do prazo de 12 meses no mínimo.

14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 05 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

14.9. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.10. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado.

14.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.12. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15-MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16- DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18- DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Angela Maria Sardou Charret – Matrícula 062.400 – Fiscal Titular

Bianca Portela Dutra – Matrícula 062.432 – Fiscal Substituto

18.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19-DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. Não mantiver a proposta;

20.1.6. Cometer fraude fiscal;

20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

20.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

20.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

20.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

20.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

20.3.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

20.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

21-DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

21.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

22- DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 30 de Outubro de 2023

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Secretaria de Saúde
Mat. 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137